



O neto Paulo Salles (E) e o senador Rodrigo Rollemberg (3º à esq.) ouvem a filha de Cora Coralina, Vicência Brêtas Tahan, na homenagem. Ela anunciou que a obra da poetisa, morta em 1985, ganhará edições eletrônicas

Plenário exalta garra e talento da poetisa Cora Coralina 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.506 – Brasília, terça-feira, 23 de agosto de 2011

Senado ouve dois ministros sobre denúncias de corrupção

Pela manhã, Afonso Florence, do Desenvolvimento Agrário, fala na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. À tarde, Pedro Novais, do Turismo, será ouvido pelos senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional

O combate à corrupção será ainda tema de debate com representantes da OAB e da CNBB na Comissão de Direitos Humanos. Ontem, o assunto vol-

tou ao discurso de vários senadores, como Pedro Simon, Roberto Requião e Cristovam Buarque. Alvaro Dias insistiu na necessidade de criação de uma CPI para investigar de-

núncias no governo. Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e de Minas e Energia, Edison Lobão, também estarão no Senado para falar da atuação de suas pastas. **2**

Para professora da FGV, problema do câmbio deve ser debatido pela OMC

Na CRE, Vera Thorstensen alertou para os riscos causados pela valorização do real e

afirmou que o problema deve ser tratado pela Organização Mundial do Comércio. **3**



Fernando Collor (C) na CRE com Vera Thorstensen, Celso Lafer, Pratini de Moraes e Aluisio Campos



Direitos humanos e legislação trabalhista foram temas de audiência proposta por Paulo Paim

Organizações sindicais veem ameaças às conquistas trabalhistas

Na Comissão de Direitos Humanos, 21 confederações e quatro centrais sindicais

reunidas no Fórum Sindical dos Trabalhadores anunciam campanha nacional. **5**

Código Florestal busca conciliação 4 | Pará na rota do tráfico de pessoas 4



Senado homenageia o cineasta Glauber Rocha

Três gerações da família Rocha (a mãe, a filha e a neta) participam hoje de homena-

gem ao cineasta baiano Glauber Rocha, na passagem dos 30 anos de sua morte. **7**

especial Cidadania

Consumidor em queda de braço com os provedores de internet

Brasileiro enfrenta serviços ruins, falta de clareza e até erros nos

contratos de serviços de internet banda larga fixa. **8**

Afonso Florence e Pedro Novais devem prestar informações sobre suspeitas em suas pastas. Guido Mantega e Edison Lobão também serão ouvidos em comissões

Ministros falam no Senado sobre denúncias de desvios

QUATRO MINISTROS VÊM ao Senado hoje falar sobre suas atuações e, em dois casos, sobre denúncias de corrupção.

Às 8h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ouve o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, sobre suspeitas de negociação ilegal de terras destinadas à reforma agrária em Mato Grosso e na Bahia. O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incra), Celso Lisboa de Lacerda, também participa da reunião.

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que faz avaliação da crise econômica. Às 14h, a CAE e a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ouvem o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, sobre a repartição dos royalties do petróleo.

O ministro do Turismo, Pedro Novais, deve ser ouvido às 15h

na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A expectativa é de que ele fale sobre a Operação Voucher, da Polícia Federal, que resultou na prisão de 36 suspeitos de desvio em convênios do ministério.

O combate à corrupção também será debatido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Simon quer sociedade no combate à corrupção

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou ontem a defender a mobilização da sociedade no combate à corrupção, tendo em vista que a classe política, segundo ele, nunca esteve tão em baixa em termos de credibilidade, chegando mesmo ao que ele classificou como "fundo do poço".

As ações contra a corrupção e a impunidade serão debatidas hoje em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Foram convidados representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem



Pedro Simon/Senado Federal

Para o senador Pedro Simon, o mal do Brasil se chama impunidade

dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Universidade de Brasília

(UnB), Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Simon disse que o Brasil cresceu econômica e socialmente nos últimos anos, mas lamentou que o país tenha recuado em termos de seriedade na administração pública.

Pedro Simon reiterou que o mal do Brasil se chama impunidade. Ele assinalou que nos países desenvolvidos "tem tanta corrupção como aqui", observando que "a diferença é que lá se pune e aqui só se pune ladrão de galinha".



Pedro Simon/Senado Federal

Criação de CPI tiraria oportunidade da presidente, afirma Cristovam Buarque

Cristovam pede chance para Dilma fazer uma "faxina"

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu aos senadores uma chance para que a presidente Dilma Rousseff possa cumprir seu compromisso de realizar a chamada faxina contra a corrupção. Uma CPI acabaria com essa oportunidade.

– Eu vou dar essa chance à presidente. Pelo menos, enquanto ela demonstrar que está com essa intenção – afirmou.

Ainda assim, Cristovam entende que os 20 senadores e 115 deputados que já assinaram o pedido de criação da CPI não devem retirar suas assinaturas.

– Esse é um recurso que o Congresso poderá usar, para não fugir da sua responsabilidade.



Luiz Alves/Senado Federal

Roberto Requião cobra providências contra corrupção no Paraná

Requião cobra agilidade em ações anticorrupção

Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou providências ao Conselho Nacional de Justiça em relação a denúncias de corrupção feitas por ele há mais de dez anos, quando de sua passagem pelo governo do Paraná. As denúncias referem-se à administração do ex-governador Jaime Lerner.

– Encontrei o Paraná quebrado, endividado e sob a tirania de contratos elaborados de forma a prejudicar interesses públicos, desabridamente firmados para favorecer grupos econômicos privados e seus parceiros.

Essas ações não andam, mas as "contra mim, por chamar como se deve os ladrões, correm com rapidez do raio".



Luiz Alves/Senado Federal

Alvaro Dias acredita que CPI pode ser eficaz contra os corruptos

Alvaro questiona se "rastelo da faxina é banguela"

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), pediu novamente ontem a criação de CPI para investigar casos de corrupção no governo. O senador criticou o que chamou de passividade do Senado e afirmou que os discursos de apoio à presidente Dilma Rousseff não são suficientes.

– Nós imaginamos que alguns senadores estejam bem intencionados quando afirmam estar cumprindo seu dever ao apoiar a presidente Dilma, que realiza uma faxina. Sem ironizar, esse rastelo não está banguela? – questionou o senador, que considera a faxina seletiva e que as ações da presidente só se dão a reboque da imprensa.

Sarney responde sobre uso de helicóptero

O presidente do Senado, José Sarney, respondeu ontem a questionamentos da imprensa a respeito de reportagem da Folha de S.Paulo segundo a qual ele utilizou helicóptero da Polícia Militar do Maranhão

para fins particulares. Sarney disse que não considera sua ação irregular.

– Como chefe do Poder Legislativo, tenho direito a transporte e segurança em todo o país, de representação, e não

somente a serviço.

De acordo com a reportagem, o helicóptero foi comprado por R\$ 16,5 milhões pelo governo do Maranhão, em 2010, para auxiliar no combate ao crime e realizar socorros médicos.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h50 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Em memória de Glauber Rocha

14h Sessão deliberativa, com a hora do expediente reservada para reverenciar a memória do cineasta baiano Glauber Rocha na passagem do 30º aniversário de sua morte. Na ordem do dia, duas MPs relativas à recuperação de escolas públicas atingidas por desastres naturais trancam a pauta de votações.

Presidência Novo ministro da Agricultura

11h Posse de Jorge Alberto Mendes Ribeiro no cargo de ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Palácio do Planalto. Às 14h, hora do expediente em memória de Glauber Rocha. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 18h, recebe o embaixador Laercio Vinhas, indicado como representante do Brasil junto à Aiea, em Viena; às 18h30, recebe a senadora Marta Suplicy e membros da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania, além da presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, Maria Berenice Dias.

CDH Ações contra a corrupção

8h30 A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discute ações contra a corrupção e a impunidade com, entre outros, o presidente da OAB, Ophir Cavalcante; o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage; e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno.

CRA Lotes da reforma agrária

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouve em audiência o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, e o presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, sobre denúncia veiculada no *Fantástico*, da Rede Globo, sobre a venda irregular de lotes destinados à reforma agrária.

CRE Fronteira amazônica

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, promove audiência pública com o tema "Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira". Estão convidados, entre outros, João Luiz Pereira Pinto, pelo Itamaraty, e Paulo de Tarso Abrahão, pelo Ministério da Saúde.

CI Nova direção do Dnit

9h30 A Comissão de Infraestrutura delibera sobre as indicações presidenciais de Jorge Ernesto Pinto Fraxe, para ocupar o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), e de Tarcísio Gomes de Freitas, para o cargo de diretor executivo do órgão.

CAE Guido Mantega

9h30 A Comissão de Assuntos Econômicos debate pauta que inclui projeto que altera o Código Tributário Nacional. A partir das 10h, ouve o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a crise internacional, além de discutir o plano Brasil Maior, conjunto de medidas adotadas pelo governo para estimular a indústria nacional.

CAS Ações contras as drogas

10h Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, da Comissão de Assuntos Sociais, realiza audiência sobre ações preventivas. Entre os convidados, Ledir Porto, da prefeitura de Vila Velha (ES); Everton Ramos, do Projeto Vem Viver; Vicente Pires, prefeito de Cachoeirinha (RS); e Francisco de Lima, da Central Única das Favelas.

CE Política para o livro

11h Integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisam vários projetos de lei, entre os quais o PLS 114/10, que altera a Lei 10.753/03, que criou a Política Nacional do Livro. A proposta atualiza a definição de livro e altera a lista de equiparados ao livro.

CMA Código de Defesa do Consumidor

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa requerimentos e projetos de lei, entre os quais o PLS 329/10, que altera o Código de Defesa do Consumidor para tornar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores sobre correções de informações relativas aos clientes.

CAE/CI Royalties do pré-sal

14h As comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura realizam reunião conjunta para discutir proposta de repartição dos recursos advindos da exploração de petróleo entre os estados.

CDR Ministro do Turismo

15h O ministro do Turismo, Pedro Novais, participa de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

A super ou subvalorização das moedas influencia as tarifas de importação e efeitos têm sido desastrosos para a indústria brasileira, diz professora da FGV

Professora sugere que Senado apoie iniciativa para debater câmbio na OMC

O SENADO DEVERIA apoiar a iniciativa do governo brasileiro para incluir o câmbio nos debates da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A recomendação foi feita pela professora de Política de Comércio Internacional Vera Thorstensen, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ela alertou que cotações supervalorizadas ou subvalorizadas têm efeito direto sobre as tarifas de importação praticadas pelos países.

Durante o painel intitulado "Negociações econômicas internacionais, OMC e Rodada de Doha", dentro do ciclo de audiências sobre os rumos da política externa brasileira (2011-2012), a professora relatou os resultados de uma pesquisa econométrica por meio da qual uniu os temas do câmbio e da abertura comercial. Segundo seus cálculos, a sobrevalorização do real já alcançou 30%, enquanto a moeda dos Estados Unidos estaria desvalorizada em 10% e a da China, em 20%.

– Usando fórmula econométrica, tarifiquei o câmbio. Com isso, percebi que a tarifa aplicada no Brasil foi transformada em números negativos. Com esses números é que estamos



Vera Thorstensen (E), Celso Lafer, senador Fernando Collor e Pratin de Moraes: incertezas no cenário internacional

competindo com a China. A indústria no Brasil está desaparecendo – alertou a professora, para quem não faz mais sentido deixar a questão do câmbio apenas com o Fundo Monetário Internacional, limitando a atuação da OMC às negociações comerciais.

O ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer, professor titular de Direito da Universidade de São Paulo (USP), admitiu que "o câmbio é sem dúvida um tema difícil". E observou que, na Rodada de Doha, o Brasil não tem condições de promover concessões adicionais

em produtos industriais como pleiteiam os Estados Unidos. Além disso, ressaltou, existe uma "deterioração dos cenários de negociação" comercial no mundo, em função da crise econômica. A administração de Barack Obama, mencionou, tem encontrado dificuldades no Congresso até para aprovar acordos já negociados de livre comércio.

– Atualmente, existe mais incerteza do que risco nas negociações – avaliou.

O ex-ministro da Agricultura Pratin de Moraes afirmou que as exportações brasileiras têm

sofrido impacto do que chamou de protecionismo sanitário e protecionismo ambiental.

Ele citou como exemplos a suspensão pela Rússia da compra de carne suína brasileira e campanhas promovidas nos Estados Unidos e na Europa contra a carne bovina brasileira, sob o argumento de que os produtores brasileiros estariam "queimando floresta na Amazônia para criar boi".

– Somos vítimas de perseguições incríveis. Precisamos promover marketing institucional e vender o Brasil nos outros países – afirmou Pratin de Moraes.

Microcrédito ajuda a combater a crise, afirma Santiago

A iniciativa da presidente Dilma Rousseff de lançar um programa de microcrédito em benefício dos pequenos e micro-empresários foi elogiada ontem por Wilson Santiago (PMDB-PB). O programa deve ser lançado oficialmente na próxima semana.

O senador destacou a atenção que o governo federal dá às micro e pequenas empresas, setor que, acentuou, tem alavancado o número de empregos no país, principalmente na parcela mais jovem da população.

– Esse programa irá contribuir muito para o país, não só para enfrentarmos a crise financeira mundial, tão anunciada e não desejada por todos nós, como também para traçarmos um rumo no combate a essa crise sem prejudicar a nossa economia – avaliou.



Senador destacou outros programas do governo, como o Brasil sem Miséria

Cristovam exalta memória de Barros de Castro

Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou ontem voto de pesar pela morte do economista Antonio Barros de Castro, 73 anos, domingo, no Rio de Janeiro. Para o senador, Barros de Castro fará falta, especialmente no momento de crise por que passa a economia mundial.

– Antonio Barros de Castro vai fazer falta, sim, na hora de pensar essa nova economia. Vai fazer falta porque ele teve uma característica muito rara entre os economistas: independência – afirmou Cristovam, para quem grande parte dos economistas se adapta a quem está no poder "com uma facilidade que assusta".

O parlamentar lembrou a época em que Barros de Castro presidiu o BNDES e elogiou a maneira como a instituição era conduzida, com uma política industrial ativa, ao contrário da atual, que disse ser apenas de reação.

– É a visão do pacote, ou a visão do retalho, e não a visão da grande colcha ou dos grandes programas adiante – definiu.



Vital do Rêgo lembra que cultivos irrigados têm produção maior

Vital reivindica recursos para áreas irrigadas

Vital do Rêgo (PMDB-PB) defendeu ontem mais recursos federais para a recuperação dos perímetros irrigados no Nordeste. O senador disse ter sido informado pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que a Secretaria Nacional de Irrigação faz um levantamento sobre as necessidades dos perímetros irrigados.

Os recursos para o setor, em sua avaliação, são fundamentais para amenizar os efeitos das secas que provocam perdas na produção agrícola da região semiárida do Nordeste, gerando fome, miséria e êxodo.

– Em terras irrigadas, a produção aumenta pelo menos 30% em relação às dependentes do regime de chuvas, e a qualidade é muito melhor, o que proporciona otimização do uso de água – disse.

Propostas visam fortalecimento do comércio exterior

Como meio de ajudar o Brasil a superar obstáculos no comércio exterior, o professor Aluísio de Lima-Campos, presidente do Instituto Analistas Brasileiros de Comércio Internacional, afirmou que o setor privado tem que se organizar. Ele observou que existem mais de 12 mil associações defendendo seus interesses em Washington e que o setor agrícola norte-americano está trabalhando contra o acordo na Rodada de Doha.

– O setor privado brasileiro pode atuar em complementaridade ao governo – recebeu.

Durante o debate, Luiz Henrique (PMDB-SC) anunciou ter apresentado requerimento na CRE para a promoção de debate sobre a oportunidade de se criar no Brasil um departamento do comércio, para dedicar-se unicamente às negociações internacionais. Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com Vera Thorstensen sobre a necessidade de se debater o câmbio, mas lembrou que a atual política cambial tem ajudado a controlar a inflação. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o debate a respeito do comércio internacional inclua o tema dos subsídios pagos aos trabalhadores em países como os Estados Unidos, sob a forma de créditos fiscais a famílias de baixa renda.

Ataídes vai pedir auditoria do TCU sobre o Sistema S

Ao apresentar em Plenário dados do Tribunal de Contas da União (TCU) que, segundo ele, comprovam que as entidades do chamado Sistema S vêm cometendo diversas irregularidades, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse que vai pedir à corte a realização de uma auditoria em todo o sistema. As informações foram solicitadas pelo próprio senador.

– Mediante o relatório, confirmei minhas desconfianças: a ganância irresponsável campeia; a falta de transparência é total; a certeza da impunidade faz transgredir as leis; a ideia de imputabilidade faz fortunas pessoais antes impossíveis; e o povo brasileiro continua a pagar a conta da falta de caráter, de honestidade e de respeito com que os gestores do Sistema S tratam o tributo que mais cresceu no último ano fiscal.



Ataídes vê "ganância irresponsável" das entidades que formam o sistema



Pimentel: reservas internacionais já permitem redução das altas taxas

Pimentel diz que é hora de o Brasil reduzir os juros

Ao comentar estudo sobre as condições atuais da economia brasileira, divulgado na semana passada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Pimentel (PT-CE) defendeu ontem a redução da taxa de juros básica (Selic) na próxima reunião do Conselho de Política Monetária.

– Não tem nada que justifique esse patamar que se pratica no Brasil, até porque a segunda maior taxa de juros do mundo é a metade da brasileira – disse.

Para o senador, um dos fatores que podem permitir ao Brasil reduzir sua taxa de juros sem o risco de perder o controle da inflação seria o elevado valor das reservas internacionais do país, que alcançam no momento US\$ 350 bilhões, superior em US\$ 130 bilhões ao saldo no início da crise, em 2008.

Manejo de áreas de preservação permanente, anistia para desmatamentos e recomposição de reservas legais são preocupações do governo sobre o projeto que tramita no Senado

Governo sugere mudanças no projeto de Código Florestal

EM DEBATE NA última sexta-feira em Curitiba, promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros, resumiu os principais aspectos que o governo quer modificar no projeto de reforma do Código Florestal. A matéria (PLC 30/11), aprovada na Câmara, tramita no Senado.

A primeira questão diz respeito à vegetação em área de preservação permanente (APP). De acordo com João de Deus, o texto atual prevê a supressão de vegetação em APP como regra geral e não como exceção.

– Além das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, o programa de regularização poderá admitir outras atividades e, para essas, haveria restrição para novos desmatamentos. Mantido o texto da maneira como está, teremos alto grau de insegurança na interpretação – alerta.

O representante do governo também diz ser grande a preocupação com o artigo 33 e, em posição contrária à do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator do projeto em três

comissões, considera que o texto permite a conotação de anistia a quem desmatou ilegalmente.

A interpretação sobre a regra constitucional em matéria de competência concorrente é outro aspecto divergente. O governo concorda com a argumentação de que à União cabe a competência de estabelecer regras gerais, de aplicação em todo território. No entanto, João de Deus não vê conflito em relação à responsabilidade dos estados de promover a complementação da lei, em função das especificidades das regiões.

O governo é contra a legalização generalizada das áreas protegidas ocupadas por atividades agrícolas até 2008, conforme previsto no texto, e quer a distinção entre propriedades rurais que hoje têm passivo ambiental por terem usado a área seguindo leis anteriores e aquelas que desmataram em desrespeito à legislação. João de Deus também lembrou que o projeto prevê tratamento diferente a propriedades com até quatro módulos fiscais, mas o governo quer benefícios como isenção de recomposição de reserva legal apenas para propriedades familiares.

Para Rollemberg, semana é chave para a proposta

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) anunciou ontem os debates que a Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza nesta semana sobre o novo Código Florestal. Amanhã a comissão receberá ex-ministros do Meio Ambiente, e na quinta, ex-ministros da Agricultura, numa iniciativa conjunta com as comissões de Agricultura e Ciência e Tecnologia.

O senador avaliou que os ministros do Meio Ambiente “foram vitoriosos”, já que o Brasil avançou na questão ambiental, aperfeiçoando o marco legal do meio ambiente.

– Tenho um grande desejo e certa convicção de que seremos capazes de conjugar os interesses dos produtores rurais com os dos ambientalistas. Se tivermos competência para conjugar esses interesses, superando alguns falsos dilemas, nós estaremos defendendo os interesses do conjunto da população brasileira, não mais do segmento A ou B.

Tráfico de pessoas: CPI toma depoimentos em Belém

A CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas esteve ontem em Belém, onde tomou depoimentos sigilosos a respeito de casos de tráfico para exploração sexual de jovens e travestis.

De acordo com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente da CPI, o Pará é uma das principais rotas desse tráfico, especialmente as cidades de Curralinho, Portel, Breves e Afuá. Entre os portões de saída, está a fronteira com o Suriname.

Grazziotin e a relatora da CPI, a senadora Marinor Brito (PSOL-PA), reuniram-se também com o governador do estado, Simão Jatene (PSDB). Ele apoiou a ideia de se formar um grupo de tra-

balho que deverá elaborar um plano estadual de combate ao tráfico para exploração sexual.

A conversa com Jatene rendeu a análise de casos como o de uma paraense condenada por tráfico na Turquia e de outra que estaria em Portugal contra

sua vontade. A CPI investiga, ainda, o aliciamento de 12 garotos encontrados pela polícia numa pensão em Praia Grande (SP), seis deles do Pará, levados a São Paulo com a promessa de que jogariam num time grande de futebol.



Izabela Jatene (E), Marinor Brito, governador Simão Jatene e Vanessa Grazziotin

Palestra explica Controle Interno e Editoração

As secretarias de Controle Interno e de Editoração e Publicações do Senado foram temas da palestra de ontem no projeto Conhecendo o Senado.

– Antes da Gráfica, era o

Departamento de Imprensa Nacional que imprimia os documentos dos senadores, chegando a 45 dias o tempo para a publicação de um informativo – informou Florian Madruga,

diretor da Secretaria de Editoração e Publicações, conhecida como Gráfica do Senado.

A Secretaria de Controle Interno, segundo explicou o diretor do órgão, Eduardo Torres, analisa gastos dos diversos setores do Senado e emite relatórios sobre as prestações de contas. Os pareceres são enviados ao Tribunal de Contas da União, responsável pelo exame das contas do Legislativo.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, informou que o ciclo de palestras está sendo gravado para a elaboração de um curso destinado a novos servidores.



Doris Peixoto, entre Florian Madruga e Eduardo Torres, informou que as palestras estão sendo gravadas para curso destinado a novos servidores

Collor esclarece: nunca defendeu sigilo eterno

O senador Fernando Collor (PTB-AL) rebateu ontem informação publicada pela imprensa de que defenderia o sigilo eterno sobre documentos oficiais. Ele afirmou que não defende “nem nunca defendeu” essa medida.

O ex-presidente da República fez uma análise detalhada do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/10 que, segundo ele, trata apenas de garantir ao Estado “um mecanismo mínimo de salvaguarda para que o sigilo de algumas informações ou trechos delas seja prorrogado por mais de uma vez, se necessário for”.

– Trata-se de uma situação para a qual, numa democracia, somos todos contrários – disse.

Collor explicou que, de acordo com o projeto, algumas informações sigilosas poderão ou não ter seu sigilo prorrogado, por tempo determinado, se a Comissão de Reavaliação decidir.



Maldaner pede providências ao Ministério dos Transportes e ANTT

Casildo alerta para situação de estradas em SC

Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu, em discurso, atenção especial das autoridades do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) às estradas federais de Santa Catarina.

– Enquanto não houver vontade política de mudar o quadro rodoviário federal, meu estado continuará a liderar as estatísticas. São centenas de mortes todos os anos, e Santa Catarina, por liderar o ranking, deve ser prioridade – disse o senador.



Crivella: decisão tomada de maneira “arrogante e antidemocrática”

Crivella critica Justiça por retirada de outdoor

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou ontem decisão da Justiça de Ribeirão Preto (SP) de retirar das ruas outdoor, instalado pela igreja evangélica Casa da Oração, com versículos bíblicos que condenam a homossexualidade.

Para o senador, a decisão foi tomada “de maneira arrogante e antidemocrática” e feriu o direito à liberdade de expressão do grupo evangélico.

O outdoor cita três trechos retirados da Bíblia (Levítico 20:13; Romanos 1:26-29 e Atos 3:19), reprovando a união entre pessoas do mesmo sexo.



Garibaldi Alves: primeira concessão de aeroporto à iniciativa privada

Garibaldi comemora sucesso de leilão de aeroporto do RN

Garibaldi Alves (PMDB-RN) comemorou, em discurso, o sucesso do leilão para concessão do aeroporto internacional da Grande Natal, em São Gonçalo do Amarante, a 13 quilômetros da capital. O leilão foi realizado na Bovespa, na manhã de ontem, e teve como vencedor a empresa brasileira Engevix e a argentina Corporación America.

– Esta é uma data histórica. Essa é a primeira concessão de aeroportos à iniciativa privada, com a ampliação de investimentos para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – disse.

TRF suspende liminar sobre teto de remuneração no Senado

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região suspendeu ontem liminar que fixava novos critérios para o teto da remuneração dos servidores do Senado.

O presidente do TRF, desembargador Olindo Menezes, considerou que o teto existe e deve ser observado, mas ressaltou que se deve respeitar a independência harmônica dos poderes. No Senado, a matéria está regulamentada pelo Parecer Normativo 242/05, aprovado por decisão da Comissão Diretora. Segundo o magistrado, quem deve editar resolução sobre a

materia é o próprio Senado. Ele argumenta que a a decisão impunha regras remuneratórias gravosas a servidores e membros, numa avaliação pessoal do que deve e não deve compor o chamado “teto constitucional”. “Isso atenta claramente contra a ordem pública, nela incluída a ordem administrativa, na medida em que põe de joelhos o normal funcionamento dos serviços públicos do Senado”.

O desembargador deferiu o pedido da Mesa do Senado, suspendendo a decisão do juiz de primeiro grau.

Lideranças trabalhistas afirmam, em audiência pública na CDH, que precisam mobilizar sociedade contra projetos que ameaçam conquistas da CLT

Comissão homenageia jurista da CLT

Único representante vivo da comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o jurista Arnaldo Lopes Sússekind, 94 anos, foi homenageado ontem durante audiência pública realizada no Senado. Ele não pôde participar da sessão devido a problemas de saúde. Instituída durante o governo de Getúlio Vargas, a CLT completou 68 anos em maio passado.

Sússekind tinha 24 anos de idade quando foi convidado a integrar a comissão, no início da década de 1940. Para o desembargador Alexandre Agra Belmonte, "a figura de Arnaldo Lopes Sússekind está indissolúvelmente ligada à CLT, que tem 68 anos, e à Justiça do Trabalho, que fez 70 anos".

Sússekind participou das assembleias gerais da Organização Internacional do Trabalho entre 1951 e 1954 e entre 1957 e 1959, observou Belmonte. Ao lembrar a trajetória de Sússekind, o desembargador citou suas atividades, ainda jovem, no Conselho Nacional do Trabalho (hoje Tribunal Superior do Trabalho) e sua experiência como ministro do Trabalho na década de 1960. "Por sua atuação nas conferências da OIT, na época em que era ministro, acabou nomeado para a comissão de peritos de aplicação de convenções dessa organização", destacou.

Belmonte recordou que o homenageado também foi representante do Brasil no conselho de administração da OIT na década de 1970.

– Graças ao seu desempenho e à sua habilidade, o país é membro do conselho de administração da OIT até hoje – disse.

A audiência de ontem foi solicitada por Paulo Paim (PT-RS), que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH).

Sindicatos querem percorrer o país em defesa dos direitos dos trabalhadores

O FÓRUM SINDICAL dos Trabalhadores (FST) começará a percorrer o país em campanha pela defesa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Integrado por 21 confederações nacionais de trabalhadores e quatro centrais sindicais, o FST quer combater o que considera ameaças a direitos consagrados na legislação criada há 68 anos pelo então presidente Getúlio Vargas.

– Essa é nossa verdadeira Constituição. Por isso, temos que defendê-la e preservá-la – afirmou o coordenador interino do FST, Lourenço Ferreira do Prado.

Ele anunciou ontem a campanha durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O evento sugerido pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), teve como mote o exame das conquistas trabalhistas sob a ótica dos direitos humanos. A abertura incluiu homenagem ao jurista e político Arnaldo Sússekind, de 94 anos, que participou da elaboração da CLT.

Os discursos feitos durante a audiência criticaram projetos tidos como ameaça aos direitos trabalhistas e ressaltaram a difi-

culdade para aprovar os que interessam aos trabalhadores. Prado citou a recente rejeição, pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, de projeto para ratificação da Convenção 150, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada com o apoio do Brasil, que define normas para demissões.

– Não há clima no país para qualquer projeto que proponha um olhar para os direitos sociais e trabalhistas – criticou Lourenço do Prado.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), Artur Bueno de Camargo, criticou lideranças sindicais que defendem a supremacia das negociações coletivas sobre direitos regulamentados. Segundo ele, a CLT assegura direitos mínimos, funcionando como uma proteção para categorias de regiões sem força para negociar suas demandas. Assinalou, porém, que o código nem impede

nem atrapalha negociações para conquistas acima do que as previstas em lei.

Pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), o diretor Idelmar da Mota Lima associou as ameaças às conquistas trabalhistas a movimento do capitalismo internacional que pode transformar o Brasil numa "nova China", com trabalhadores sob o risco de voltar à condição de escravos.

O advogado Pedro Luciano Dornelles chamou a atenção para o desinteresse na regulamentação de direitos instituídos pela Constituição

de 1988 e alertou para novos ataques aos direitos dos empregados. Citou como exemplo as discussões sobre o novo aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadorias – 35 anos, no caso das mulheres, e 42 anos para os homens.

– As mudanças estão vindo a conta-gotas. Se viessem de uma só vez seria mais fácil combater

– afirmou Dornelles.

O movimento sindical precisa também lutar contra novas ameaças à cobrança da contribuição sindical. O apelo foi feito pela diretora financeira da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (Contec), Rumiko Tanaka. A sindicalista atacou o argumento patronal de que a contribuição "só serve para fazer greve". A contribuição sindical, explica ela, se destina a serviços de assistência médica e jurídica, além de programas de capacitação, entre outros fins.

Moacyr Roberto Tesch Auerswald, que preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), criticou o Ministério Público do Trabalho por ações contra a cobrança da contribuição sindical. Segundo ele, o órgão não está protegendo os trabalhadores, mas esvaziando sua capacidade de lutar por direitos. Ele e outros participantes da audiência denunciaram a ausência de isonomia com as entidades patronais, que recebem contribuições sindicais sem serem incomodadas.

Não há clima no país para os direitos sociais trabalhistas, lamenta o presidente do FST



Paulo Paim (ao microfone), entre os sindicalistas e advogados convidados para o debate: exame das conquistas trabalhistas sob a ótica dos direitos humanos

"Bancada empresarial" barra matérias pró-trabalhadores, diz assessor do Diap

O assessor André Luís dos Santos, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), afirmou que diversos projetos favoráveis aos trabalhadores enfrentam dificuldades para serem aprovados no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados. Ele disse que isso acontece porque há uma "bancada empresarial" naquela Casa. Segundo o assessor, do total de 513 deputados federais, 273 são empresários, enquanto 91 estão vinculados à "bancada sindical".

Como exemplo de projetos importantes que tramitam na Câmara, André citou o PL 6.706/09 (já aprovado no Senado), de Paulo Paim (PT-RS), que proíbe a demissão do empregado que concorrer a vaga em conselho fiscal de sindicato ou associação profissional. Ele destacou ain-

da outro projeto de Paim, o PL 3.299/08, também aprovado pelos senadores, que acaba com o fator previdenciário.

André lembrou a Proposta de Emenda à Constituição 438/01, mais conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que foi aprovada pelo Senado em 2001, quando passou a tramitar na Câmara.

– O Congresso só funciona sob pressão. Por isso, é necessária pressão social para aprovar tais matérias – disse.

As propostas que visam alterar a CLT para "flexibilizar" os direitos trabalhistas foram criticadas, durante a audiência, por vários líderes sindicais, entre eles Lourenço Ferreira do Prado, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e Warley Martins, presidente da Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil.

Pessoal da ativa precisa lutar pelo valor das aposentadorias, alerta Paulo Paim

As centrais sindicais precisam envolver-se mais na nova campanha pelo aumento do valor das aposentadorias, disse o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim. Para ele, as centrais devem considerar que os trabalhadores da ativa também correm risco de terem aposentadorias desvalorizadas até corresponderem apenas ao salário mínimo.

– É fundamental o apoio dos trabalhadores da ativa. Teremos que fazer vigília para que o Orçamento [de 2012] seja contemplado com recursos para a valorização dos benefícios dos aposentados.

O apelo foi feito durante audiência pública realizada ontem pela CDH. O senador citou propostas de sua autoria que estão demorando a ser decididas.

– Se bobear, passa aqui no Congresso a flexibilização da CLT! É inaceitável que se tenha que negociar o que já está assegurado na CLT – afirmou.

Sobre o fator previdenciário, Paim destacou a ausência de isonomia no tratamento aplicado aos trabalhadores do setor privado e ao funcionalismo dos três Poderes. Ao se aposentarem, conforme assinalou, os servidores não são alcançados pelo redutor aplicado às aposentadorias.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) também criticou a falta de apoio a projetos a favor dos trabalhadores. Disse que muitos parlamentares, depois de eleitos, rejeitam qualquer proposta que "represente um mínimo de avanço para os trabalhadores".

A determinação e o talento da escritora, que publicou seu primeiro livro aos 76 anos de idade, são lembrados pelos oradores durante homenagem

Senadores exaltam o exemplo e a obra da poetisa Cora Coralina

O PLENÁRIO DO Senado homenageou ontem a poetisa goiana Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas. Ela publicou seu primeiro livro – *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* – com 76 anos de idade, embora tenha começado a escrever poesias aos 14 anos. Nascida na Cidade de Goiás, em 20 de agosto de 1889, a escritora morreu em 10 de abril de 1985.

A iniciativa da homenagem foi de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que presidiu os trabalhos. A sessão contou com a presença da filha de Cora, Vicência Tahan Brêtas, além de netos e bisnetos da escritora. Ainda ontem, foi

aberta na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, pelo presidente da Casa, José Sarney, uma exposição em homenagem à poetisa.

Qualificando Cora Coralina como “a maior poetisa de Goiás e uma das maiores do Brasil”, Lúcia Vânia (PSDB-GO) exaltou a simplicidade da escritora e a “riqueza sem fim” de sua obra e trajetória, identificada com a vida do interior do Brasil.

– Cora Coralina continua viva na Casa da Ponte, hoje um museu que leva o seu nome; continua viva nos seus livros, nos seus versos e nas suas crônicas, disse a senadora. Continua viva na sua culinária. Continua viva na

memória de todos aqueles que a conheceram, que conviveram com ela algum momento, que leram algum de seus livros ou de seus versos. Cora Coralina é, para mim, uma das pessoas mais importantes do meu estado – disse Lúcia Vânia.

Cyro Miranda (PSDB-GO) também manifestou seu apreço pela escritora, que ganhou o prêmio literário Juca Pato em 1983, pelo livro *Vintém de cobre – meias confissões de Aninha*.

O senador mencionou ainda a admiração do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987): “Minha querida Cora Coralina: seu *Vintém de cobre* é, para mim, moeda de ouro,

e de um ouro que não sofre as oscilações do mercado”.

Cyro Miranda leu, durante a homenagem, versos da escritora:

*“Não sei se a vida é curta ou longa para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido
se não tocarmos o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser:
colo que acolhe, braço que envolve,
palavra que conforta, silêncio que respeita,
alegria que contagia, lágrima que corre,
olhar que acaricia, desejo que sacia,
amor que promove”*

Livros ganharão edição virtual, anuncia filha

A filha de Cora Coralina, Vicência Brêtas Tahan, responsável pela obra da escritora goiana, anunciou ontem no Senado que os livros de sua mãe serão em breve editados em meio virtual, como e-books. A informação foi dada em discurso durante sessão de homenagem aos 122 anos de nascimento da autora de *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, entre outras obras.

A filha de Cora não adiantou que empresas estão negociando as edições eletrônicas, mas disse considerar importante a ocupação desse novo espaço numa sociedade que dá valor crescente à tecnologia.

– Eu prefiro o papel mesmo – disse Vicência, de 80 anos –, mas vá lá, são os novos tempos!

Ela também gostaria que termos como e-book fossem aporuguesados e advertiu que o correto seria “livro virtual”.

Depois da publicação dos *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, em 1965, Cora publicou, em 1976, *Meu livro de cordel*. Outras obras da autora são: *Estórias da casa velha da ponte* (contos); *Meninos verdes* (infantil); *O tesouro da casa velha* (contos); *A moeda de ouro que o pato engoliu* (infantil); *Vintém de cobre*; e *As cocadas* (infantil).

Entre os prêmios recebidos por Cora, destacam-se o Troféu Jaburu, do Conselho de Cultura do Estado de Goiás, em 1981; e o Troféu Juca Pato da União Brasileira de Escritores (UBE), em 1984. O Juca Pato é um dos mais importantes prêmios literários nacionais, já tendo sido concedido a nomes do porte de Érico Veríssimo, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Sérgio Buarque de Holanda e Carlos Drummond de Andrade. Este último, aliás, foi quem projetou o nome de Cora em termos nacionais, ao escrever um artigo histórico para o *Jornal do Brasil* em 1980.



Rodrigo Rollemberg (C, ao lado de Vicência Tahan, filha de Cora) e convidados observam discurso do músico Marcelo Barra, que cantou em homenagem à poetisa

Rollemberg: “Feliz a nação que vê surgir um ser tão especial”

Rodrigo Rollemberg, também natural de Goiás, se disse feliz por propor a homenagem a Cora Coralina, de quem se declarou profundo admirador.

– Feliz a nação que vê surgir de suas entranhas um ser tão especial como Cora Coralina. Seu ciclo de vida foi tão fecundo que a morte, ocorrida em 1985, jamais conseguiria apagar a força de suas realizações e a magia de sua obra poética – exaltou, destacando que a escritora alcançou a admiração não só do mundo literário, mas ganhou o apreço de pessoas simples, que “também se extasiavam com

seus textos”.

Ele ressaltou a identificação de Cora Coralina com as pessoas mais humildes, como lavadeiras, trabalhadoras rurais e prostitutas.

– Destemida, ousava defender ideias avançadas, invariavelmente comprometidas com a luta por uma sociedade mais fraterna, mais solidária e menos desigual. Postando-se ao lado dos mais fracos, ela se via impelida a batalhar por justiça, sobretudo em nome de mulheres – afirmou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) participou da homenagem, dizendo que a poetisa foi universal

a partir de sua experiência local.

– Ela fez a sua poesia olhando ao redor, da janela da sua casa, o rio passando. E olhando o rio passar da janela da sua casa, ela falou para o mundo inteiro porque ela falou para o coração das pessoas – disse.

Para Cristovam, Cora não merece ser lembrada apenas pelos seus escritos, mas pela sua vida.

– É homenageada não apenas pelo que escreveu, mas pelo que ela viveu, pelo que realizou. Ela não foi apenas uma poetisa, foi uma historiadora, uma memorialista, uma mulher ousada, uma grande artista da

cozinha. Com a gastronomia e com a poesia, ela deixou a sua marca – declarou.

O músico Marcelo Barra apresentou uma canção dedicada à poetisa, que, informou, foi gravada quando Cora Coralina estaria com 93 anos, se viva fosse, em 1992.

Vicência Brêtas Tahan, a filha de Cora Coralina responsável pela obra da escritora, procurou ressaltar não apenas o talento literário de Cora, mas sua fibra, lembrando que a mãe não era de se abater perante as dificuldades da vida, procurando guiar-se pelo otimismo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Rodrigo Rollemberg • Cyro Miranda • Walter Pinheiro • José Pimentel • Anibal Diniz • Wellington Dias

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Sílvia Burle, Suelly Bastos e Sílvia Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Em sessão solene hoje à tarde no Plenário, senadores prestarão uma homenagem póstuma ao mais revolucionário dos cineastas brasileiros

“Os artistas não morrem jamais”, diz mãe do cineasta

Desde a morte de Glauber Rocha, em 1981, a missão de sua mãe, Lúcia Rocha, é procurar e guardar todo e qualquer material referente a seu filho. Aos 92 anos, ela é a guardiã do Tempo Glauber, um centro cultural no Rio dedicado ao cineasta, com um acervo que já chega a 100 mil peças.

– Muita gente se interessa. Um professor francês de Cinema vem aqui todos os anos. Ele passa três meses pesquisando e depois volta para casa – conta, orgulhosa.

Lúcia Rocha participará hoje, no Senado, da sessão em homenagem a Glauber.



Jane Araújo/TV Senado/Federal

Lúcia Rocha, a mãe do cineasta, participará da sessão solene em homenagem a Glauber hoje, no Senado

Como era o filho Glauber Rocha?

Enquanto todas as crianças da idade dele estavam na rua, brincando de peteca ou bola de gude, ele ficava dentro de casa, lendo e escrevendo. Aquilo me chamava a atenção. “Minha mãe, minha cabeça é um vulcão”, ele explicava. Eu entendi que, lendo e escrevendo, ele dava um jeito de expelir todas as ideias que tinha dentro da cabeça. O curioso é que Glauber detestava a escola. Uma vez, ele brigou com a professora e veio para casa dizendo que não queria mais voltar. Ele achava a professora fraca. Quería que eu o ensinasse a ler e escrever. E, de fato, fui eu que o alfabetizei.

Dos filmes de Glauber, qual é seu favorito?

Meu favorito é *Barravento*. Sabia que ele planejou esse filme quando tinha sete anos? Estávamos passeando na praia de Buraquinho, na Bahia, e ele, criança, disse: “Quando crescer, vou fazer um filme aqui”. Anos mais tarde, ele voltou lá para fazer *Barravento*. O filme é muito bonito. Eu participei de todos os filmes que Glauber fez no Brasil. Eu costurava as roupas, fazia comida para os atores... Ajudei

com dinheiro também. Eu era rica e, por causa do cinema, fiquei pobre. Mas não me arrependo. Valeu a pena. Se outro filho quisesse fazer cinema, ajudaria do mesmo jeito.

A senhora cuida do Tempo Glauber, um espaço que guarda 100 mil documentos. Foi difícil reunir um acervo tão amplo?

Eu comecei a juntar o material quando ele tinha 9 anos. O primeiro documento é o roteiro de uma peça de teatro que ele encenou no colégio. Tenho até anotações que ele fazia em papel, amassava e jogava fora. Eu corria ao lixo, pegava o papel, passava com ferro e guardava. Minha missão, hoje, é reunir, conservar e divulgar toda a produção de Glauber. Tenho fotos, poemas, cartas, entrevistas publicadas, desenhos, roteiros que nunca chegaram a ser filmados. As pessoas vêm aqui, interessam-se pelos roteiros, mas ninguém tem coragem de fazer os filmes. Seria muita responsabilidade. Quando Glauber foi morar na Europa, ele me pediu que eu cuidasse de todo o material dele. Jurei que cuidaria de tudo e que, assim, ele nunca morreria. E, de fato, ele nunca morreu – porque o artista nunca morre.

Senado lembra 30 anos da morte de Glauber Rocha

TRINTA ANOS ATRÁS, o Brasil perdia o mais revolucionário de seus cineastas. Glauber Rocha morreu no dia 22 de agosto de 1981, precocemente, aos 42 anos, deixando como legado obras-primas como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Terra em Transe* (1967) e uma nova maneira de fazer cinema.

As três décadas da morte de Glauber serão lembradas hoje pelo Senado. Uma sessão solene no Plenário, às 14h, homenageará o cineasta. A cerimônia contará com a presença de três gerações da família Rocha – a mãe dele, Lúcia; a filha, Paloma; e a neta Sara.

Desde o início do mês, a TV Senado está exibindo filmes dirigidos por Glauber e documentários sobre ele. Neste domingo, às 21h, *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969) encerrará o ciclo de homenagens (veja sinopse abaixo).

Glauber Rocha foi um dos pais do Cinema Novo. Transgressor, esse movimento iniciado na década de 1950 pregava o rompi-

mento com o cinema americano – a estética artificial e a temática de conto de fadas. E defendia a criação de um cinema genuinamente brasileiro, que retratasse a realidade nacional e não escondesse as mazelas sociais.

– Glauber fez um cinema muito diferente do que existia naquele momento. Foi um homem à frente de seu tempo – afirma a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que tomou a iniciativa de homenagear o cineasta no Plenário.

Infância

Glauber Rocha nasceu em 1939, na cidade baiana de Vitória da Conquista. Tinha apenas 9 anos quando, no colégio, escreveu e dirigiu sua primeira peça de teatro. Quatro anos mais tarde, já era crítico de cinema num programa de rádio em Salvador.

Antes de mergulhar de cabeça no cinema, Glauber chegou a se aventurar pelo Direito – cursou os primeiros anos do curso na universidade mais conceituada da Bahia – e pelo Jornalismo –

como repórter de polícia num jornal de Salvador. Mas a paixão pela arte acabou falando mais alto.

No princípio, Glauber era mais reconhecido no exterior do que no Brasil. No prestigioso Festival de Cannes, por exemplo, ganhou vários prêmios. Em seu próprio país, suas produções permaneciam incompreendidas.

Ele era uma personalidade polêmica. Conseguia ser criticado tanto pela direita quanto pela esquerda. Produções suas foram censuradas pela ditadura militar. Foi preso, acusado de subversão, após participar de um protesto no Rio de Janeiro. A repercussão da prisão foi tão grande no exterior que ele acabou sendo libertado alguns dias depois. No início dos anos 1970, partiu para um período de exílio no exterior. Em 1981, foi diagnosticado com pericardite viral. Acabou tendo complicações pulmonares e não resistiu. Em clima de comoção, seu corpo foi velado no Parque Lage, no Rio, cenário de *Terra em Transe*.

SINOPSE

Cena de *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, que será exibido pela TV Senado no domingo, às 21h, encerrando o ciclo de homenagens a Glauber Rocha

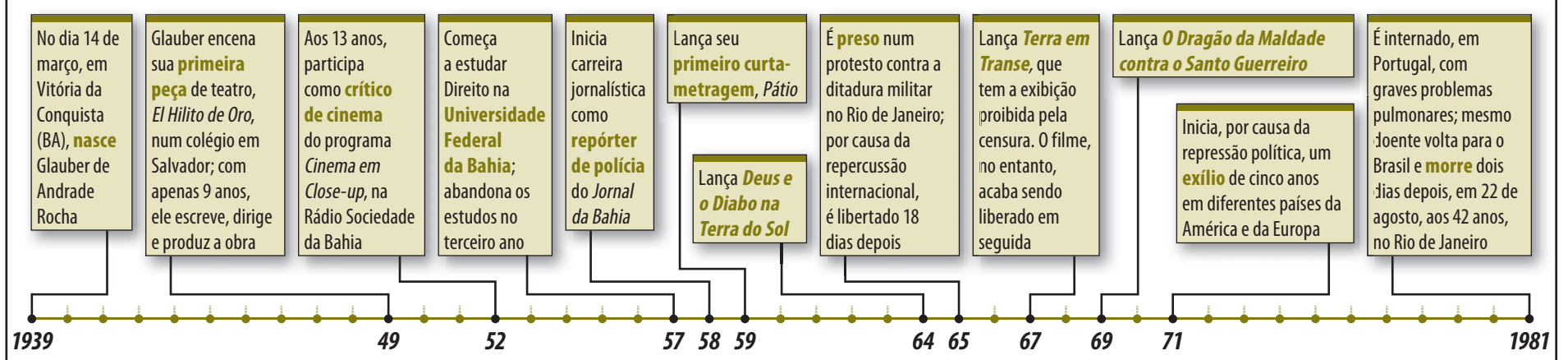
O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro

Na cidadezinha de Jardim das Piranhas, surge um cangaceiro que se apresenta como a reencarnação de Lampião. Seu nome é Coirana (Lorival Pariz). Anos depois de ter matado Corisco, Antônio das Mortes (Maurício do Valle) vai à cidade para ver o cangaceiro. É o encontro dos mitos, o início do duelo entre o dragão da maldade e o santo guerreiro. Outros personagens povoam esse mundo. Entre eles, um professor desiludido (Othon Bastos), um coronel com delírios de grandeza (Jofre Soares), um delegado com ambições políticas (Hugo Carvana) e uma linda mulher vivendo uma trágica solidão (Odete Lara).

Foto: Reprodução

O meteoro Glauber

O jovem baiano estuda Direito e trabalha como jornalista, mas acaba decidindo-se pelo cinema. Aos 25 anos, lança *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Depois dessa estreia, passa a integrar a filmografia nacional com obras que influenciaram decisivamente a produção cultural brasileira do século 20



Mais controle

Uma inovação da norma em debate é a obrigação de a operadora fornecer programa que permita medir a qualidade da conexão pelo próprio consumidor, que poderá então reunir informações seguras para formular queixas. A prestadora deve orientar os assinantes a instalar e usar o programa de verificações pontuais ou medições periódicas e automáticas. Serão medidos os indicadores descritos a seguir.

A **velocidade instantânea** é aquela aferida em cada medição. O resultado não pode ser menor do que 20% da velocidade máxima contratada, tanto para *download* como para *upload*, em 95% das medições. A meta de 20% é válida para os primeiros 12 meses, contados a partir da entrada em vigor do regulamento. No ano seguinte, será de 30% e, a partir daí, 40%.

Para a **velocidade média** de todas as medições de um mês, a meta inicial é de 60%, nos 12 primeiros meses. No ano seguinte, 70% e, a partir de então, 80%.

Dois indicadores do sistema que será oferecido aos consumidores são baseados no tempo em que um pacote de dados percorre a rede de um determinado ponto até seu destino e retorna à sua origem (**latência bidirecional**). A meta proposta pela Anatel, a ser observada em 95% das medições, é de, no máximo, 80 milissegundos em conexões terrestres e 500 milissegundos em conexões por satélite.

O outro indicador baseado nessa latência é também conhecido como **jitter**. Trata-se da variação do atraso na transmissão de pacotes sequenciais, importantes, por exemplo, nos serviços de voz sobre redes IP (VoIP). A meta inicial, válida para 95% das medições, tanto para *download* como para *upload*, é de 50 milissegundos, no primeiro ano. No segundo ano, 40 milissegundos e, a partir desse período, 20 milissegundos.

Outro indicador é a **taxa de perda de pacotes de dados** a cada medição. A meta, válida para 95% das medições, é de 2%, no primeiro ano. A partir daí, 1%.

Novas regras fortalecem consumidor de banda larga

Estudo realizado pelo Inmetro revelou que o consumidor brasileiro está em situação de vulnerabilidade nos contratos com as grandes operadoras de serviços de internet banda larga fixa. O serviço, concentrado em grandes cidades da região Sudeste, também apresenta sérios problemas de qualidade. A Anatel elaborou novas regras para o setor, que estão em debate numa consulta pública até o início de setembro. O Senado está atento às políticas de desenvolvimento da banda larga no país e senadores cobram cumprimento das metas do Plano Nacional de Banda Larga, lançado pelo governo em 2010.



Cyber point em uma grande cidade: Plano Nacional de Banda Larga ainda não saiu do papel

Ana Volpe/Senado Federal

Público pode fazer sugestões a regulamento

A nova versão do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que rege a internet banda larga fixa, e os padrões mínimos de qualidade para o serviço estarão submetidos a consulta pública até o início de setembro.

As alterações foram aprovadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no início deste mês. As sugestões poderão ser apresentadas pelo site da Anatel assim como nas audiências públicas que serão realizadas em Brasília, hoje.

Pela manhã, a primeira audiência pretende reunir opiniões sobre as propostas de alteração do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

À tarde, estarão em debate, na segunda audiência, os padrões mínimos de qualidade para o serviço de banda larga que serão exigidos das empresas com mais de 50 mil assinantes.

Segundo a proposta, o número de reclamações mensais não pode ser superior a 2% do total de acessos ao serviço de cada empresa. Já a quantidade de reclamações reabertas na operadora não pode ser superior a 10% do total.

Contratos estão cheios de incorreções

Má-fé e falta de clareza dos contratos; alto preço; falta de viabilidade técnica para a instalação, normalmente informada antes ao consumidor; e interrupções e instabilidades do serviço.

Esses são os principais problemas da banda larga fixa residencial apontados em análise realizada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), em parceria com a Anatel e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

O Inmetro avaliou o desempenho dos quatro maiores provedores em número de usuários no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, pois, segundo a Anatel, é nessas três cidades que ocorre a maior utilização do serviço de banda larga fixa do tipo residencial.

Entre outros problemas que violam os direitos dos consumidores, os contratos evidenciam a ausência de informações e de garantia do serviço, não especificam a faixa de velocidade contratada pelo consumidor e não garantem a integralidade do serviço contratado.

Senadores cobram oferta de internet rápida a todos

O tema da qualidade dos serviços de internet banda larga e sua universalização está sempre presente nos pronunciamentos de senadores em Plenário. Paulo Paim (PT-RS) defendeu a garantia de acesso a internet banda larga com qualidade. Ao avaliar a baixa qualidade dos serviços de internet no país, ele observou que as operadoras nacionais oferecem, em média, conexões de 2 megabits. No entanto, só se comprometem em garantir 10% dessa velocidade. A média mundial é de 3 megabits, com garantia de 75% da velocidade contratada. Em Hong Kong, por R\$ 45 por mês, é possível contratar conexão de 1.024 megabits. Em relação à velocidade, o Brasil está na 37ª posição no ranking mundial, só ficando à frente de três entre 40 países pesquisados.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) mencionou estudos segundo os quais a oferta de banda larga impacta diretamente no crescimento do produto interno bruto (PIB). "A cada 10% de aumento de penetração de acesso à internet, há 1,4% de aumento do PIB", afirmou. Para Randolfe, ter direito à internet rápida e barata é semelhante ao direito a saúde, educação e saneamento.

Já o senador Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu o cumprimento das metas do plano geral de universalização da internet banda larga. Ele comentou os problemas mais comuns enfrentados pelos consumidores e apontados por pesquisa do Inmetro: falta de proporção e de clareza nos contratos, alto preço cobrado e falta de viabilidade técnica para instalação.

— Ou seja, não há infraestrutura, mesmo nos lugares onde os serviços já são anunciados como existentes — resumiu.

Inclusão digital depende de esforço coletivo

Para mudar a realidade de isolamento dos excluídos digitais, é preciso alterar a lógica de investir somente onde há retorno garantido para as empresas. Foi o que disse Percival Henriques, presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid), no debate "Inclusão digital como fator de desenvolvimento regional", em junho passado, na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado (CDR).

Segundo Percival, os governos, as operadoras e a sociedade têm de participar de um esforço coletivo. Pequenas empresas devem ter facilidades de financiamento para ofertar acesso à internet a localidades menores e mais distantes.

O processo da privatização, segundo disse, tinha a inovação como ideia inicial. Na avaliação dele, porém, se não houver foco na socialização do conhecimento, de nada adiantará a inovação.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu as privatizações, que, segundo ela, foram responsáveis pela democratização e inclusão a um serviço que não era acessível à população de baixa renda.

Para a secretária de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Lygia Pupatto, o desafio é aumentar o acesso, com qualidade e velocidade e em todos os lugares do país, mesmo os mais longínquos, para superar os números de 2009, quando se aferiu que somente 30% da população tinha acesso à internet.

— É um desafio criar uma cultura digital no país, que a sociedade tenha acesso a ela e entenda os benefícios que isso pode trazer — disse.

Saiba mais

Revista Em discussão! nº 6
"Os caminhos para expandir a banda larga no Brasil"
<http://migre.me/5xyaW>

Inmetro
Relatório sobre análise em provedores de banda larga (arquivo PDF)
<http://migre.me/5xAC2>

Anatel
Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP)

Consulta pública nº 45
<http://migre.me/5xACD>

Consulta pública nº 46
<http://migre.me/5xACU>

